

## Cabral, Maria Luísa (2014), *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*

Paula Sequeiros

---



**Electronic version**

URL: <http://rccs.revues.org/6049>

ISSN: 2182-7435

**Publisher**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Printed version**

Date of publication: 1 septembre 2015

Number of pages: 116-118

ISSN: 0254-1106

**Electronic reference**

Paula Sequeiros, « Cabral, Maria Luísa (2014), *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803* », *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 107 | 2015, colocado online no dia 04 Setembro 2015, criado a 02 Outubro 2016. URL : <http://rccs.revues.org/6049>

---

The text is a facsimile of the print edition.



“a comunicação entre as províncias do Pará e de Goiás por via fluvial só foi alcançada em 1866” (p. 337), com o aval do governo de Belém, que acabou por financiar o projeto com recursos próprios. Enriquecida por uma ampla e diversificada literatura, guiada por premissas claras e bem articuladas, a obra de Vitor Marcos Gregório representa uma valiosa fonte de

informação histórica, política e econômica da região norte do país, que oferece aos estudiosos da questão Amazônica um enquadramento histórico-espacial apto a deixar entender muitas das manifestações atuais dessa questão.

*Luiz Felipe Barboza Lacerda  
Reginaldo Conceição da Silva*

**Cabral, Maria Luísa (2014), *A Real Biblioteca e os seus criadores: em Lisboa, 1755-1803*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 534 pp.**

Porque há que começar por uma ponta perante tão complexa trama, começo por António Ribeiro dos Santos, responsável pela Biblioteca da Universidade de Coimbra, erudito que em 1796 será chamado para Bibliotecário-Mor da Biblioteca Real da Corte em Lisboa, e uma das figuras reconstituídas neste livro. Maria I queria-o perto de si e fora dessa Universidade, decisão em que Maria Luísa Cabral lê o duplo ensejo centralizador do Estado: retirar uma cabeça aos Jesuítas, debilitando a Biblioteca da sua Universidade, dominante no panorama nacional; conseguir o saber e experiência únicos do bibliotecário, requeridos pelo projeto de uma biblioteca simultaneamente de iniciativa régia e com permissão de acesso a intelectuais e letrados, pensada para sustentáculo do poder próprio e para alimentar a produção do conhecimento científico e das letras e apoiar o ensino, dentro do novo contexto societal de transição.

Para contextualização do surgimento daquilo que considera um novo paradigma para a Biblioteca – antes designada Livraria – Real em Portugal, a autora

propõe um quadro heurísticamente rico, comparativo e integrador. Para tanto apresenta e reconstrói biografias das figuras que protagonizaram ou mais influenciaram essa mudança assim como as redes de intelectuais e de poder, nacionais e estrangeiras, onde se inseriam. Dá ainda a conhecer a cartografia de intelectuais e viajantes “para o Sul e para o Norte [...] com alguma] complementaridade: enquanto uns procuram sinais do exótico e do desconhecido” em Portugal, “outros procuram encontrar o conhecimento e as raízes profundas da história e cultura ocidentais” na Europa (p. 37). Dá a conhecer também quais e como eram até aí as quatro grandes bibliotecas setecentistas no país – Joanina, Mafra, Necessidades e Livraria Real – e como esse número se vai reduzir a duas, fazendo ladear – e mais facilmente cotejar e competir com – a Biblioteca Real com a Joanina, a da Universidade.

De tudo isto parte a sua tese central: a de que o anterior plano de João V, por concretizar e agora enfraquecido, para esse “significativo quadrilátero estratégico”<sup>1</sup> de bibliotecas é ultrapassado num “processo

<sup>1</sup> Expressão citada a partir de António Filipe Pimentel (2009), “A Biblioteca da Universidade e os seus espaços”, *in* A. E. Maia do Amaral (coord.), *Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 18.

intencional” pelo governo de Maria I para tornar a Real Biblioteca “um instrumento do poder político na construção do Estado moderno” (p. 58), para o que se vai requerer consolidação e a mudança de paradigma que adiante referirei. Neste quadro, a referência à articulação com as Academias – a Real da História Portuguesa e a das Ciências – e às trabalhadas ligações da Biblioteca Real com diplomatas, viajantes e letrados, desde a época joanina, ampliam o espectro da análise.

A existência da biblioteca da Real Mesa Censória é ainda chamada a esta intrincada história da instituição, pela sua importância no panorama da cultura e pelo controlo do Estado e da Igreja sobre as ideias, enquanto casa que apreendia e retirava das ruas a literatura perigosa e que guardava os exemplares submetidos para aprovação de impressão. Na Real Mesa interveio Manuel do Cenáculo, figura associada ao desenvolvimento da moderna Real Biblioteca (RB), sendo que a coleção da anterior biblioteca da Mesa se integraria nela.

Mas que Cenáculo tenha tido o papel pioneiro na criação da RB, é o que Luísa Cabral, se não contesta liminarmente, pelo menos mitiga, revelando que as primeiras ideias para uma tal instituição surgiram, bem antes, em propostas precoces de Manuel da Maia. Podemos aliás, nesta confluência em Maia, entender o que os acontecimentos em torno do terramoto de 1755 imprimiram na vida da Biblioteca da Corte, pela destruição da sua coleção no incêndio subsequente e por ser ele tanto o engenheiro que planeou a recuperação urbanística da cidade, incluindo o palácio real, como o intelectual que escreveu sobre o papel de uma biblioteca – Iluminada – a dever ser parte integrante desse palácio, já que “nunca mais precisa [lhe] pareceu que [nessa] ocasião, nem ocasião mais própria” (p. 98).

O que Cabral conclui de forma sustentada e inovadora, e o que frequentemente

sublinha, é que na RB se reflete tanto a permanência do ideário iluminista europeu como a viragem modernizante que emerge da adoção de um “projeto regalista de governação” (p. 72) e dos princípios e processos dos fundamentos intelectuais da Biblioteca.

Em apoio da sua abordagem e conclusões referencial e anexa uma exaustiva e laboriosa lista de diplomas legais, cartas, e outras fontes documentais que, para além de manifestarem a sua abertura ao olhar da crítica, se posicionam como interessantes contributos para investigações em domínios próximos.

Quem foram então as “quatro personalidades” e “grandes intérpretes” (p. 91) que se cruzaram “na fronteira da modernidade” (p. 212) na criação e organização da Real Biblioteca Pública da Corte – além do engenheiro prático e com visão, Manuel da Maia? – Manuel do Cenáculo, o clérigo franciscano, bispo de Beja e erudito influente, a quem caberá a concretização daquela visão; o referido António Ribeiro dos Santos, o bibliotecário de pensamento metódico e pendor racionalista; e Rodrigo de Sousa Coutinho, o político, Ministro da Fazenda, a quem o bibliotecário reportaria e que nos aparece no livro como seu aliado certo. De todos eles são apresentadas e interligadas as biografias, assinalando em cada um dos papéis os aspetos mais destacados.

Esta monografia, minuciosa e extensa, seduz à leitura pela dinâmica da narrativa e pelo afeto intenso, não se privando por momentos de ser laudatória e de, num exercício de persuasão dialogante, chegar a interpelar a pessoa que lê com as suas hipotéticas perguntas, dando logo as respostas próprias. Noto pessoalmente que a autora, anterior responsável de topo da Biblioteca Nacional e responsável pela implementação da Porbase – a Base Nacional de Dados Bibliográficos –, professora de

biblioteconomia, agora investigadora do Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), escreve sabendo e sentindo, marcando uma perspetiva não tanto de experiente bibliófila mas bem mais de construtora, ela mesma, de coleções e de percursos profissionais do livro. Creio ainda que o uso pela autora da expressão “serviço público” (p. 92, p. 244), ou “livre acesso” (p. 241) se pode contextualizar na sua precisa asserção de que “os livros assim reunidos se destinam a ser utilizados por um coletivo (um grupo de pessoas e não apenas pelo possuidor da biblioteca) e o entendimento de que o valor da coleção se prende intrinsecamente com a sua atualização, atendendo à crescente produção editorial (e intelectual)”, ou contextualizar-se ainda na linha de Manuel do Cenáculo, sobre a viragem que viveu em relação ao período medieval, enfatizando o “[variar] de ideias presas para ideias livres” (p. 113). Um contributo teórico central e com alcance interdisciplinar reside, quanto a mim, na abordagem de Maria Luísa Cabral ao paradigma de biblioteca pública moderna, aportando e debatendo conceitos epistemicamente próximos e com contributos para a sua conotação e posicionamento histórico. Em síntese pessoal, caracterizaria esse seu conceito pela existência simultânea de: uma coleção, “a alma da biblioteca” (p. 240), constituída intencional e metodicamente, como um espaço próprio, majestoso; um sentido de organização para o progresso

que introduz e requer a abrangência enciclopédica, e com ela a seleção, englobando a presença de ideias adversas e retirando-as do exterior; um descentramento do possuidor (individual) e dos seus interesses pessoais e um centramento nas aptidões do bibliotecário profissional (e da sua rede de conhecimento), o qual dará sentido ao uso e conservação da coleção institucional; um catálogo, mercê do qual se providencia acesso ao público, em cuja organização se impregna uma cosmovisão sobre o conhecimento universal; um “regimento” estabelecendo funcionamento e forma de consulta; uma finalidade para a biblioteca, instrumento do Estado em centralização que fisicamente a desloca para junto da sua sede.

Parece-me assim que esta é uma obra importante para a história das bibliotecas, com produção escassa em Portugal e não só, tanto pela interpretação histórica da evolução da Biblioteca, a ser agora declarada pública, como para o aprofundamento de um debate sobre paradigmas e conceitos que, sendo inicialmente biblioteconómico, conflui para as ciências da cultura e do conhecimento.

A partir de *A Real Biblioteca e os seus criadores* propicia-se ainda a discussão do que se pode entender dos limites e alcances de ser a RB pública, partindo dos aspetos enunciadores e proclamatórios das políticas e das ideias que fundamentaram as bibliotecas nesse momento da História.

*Paula Sequeiros*

**Machado, Helena; Prainsack, Barbara (2014), *Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI*. Coimbra: CES/Almedina, 288 pp.**

*Tecnologias que incriminam. Olhares de reclusos na era do CSI*, de Helena Machado e Barbara Prainsack, publicado originalmente em inglês (*Tracing Technologies*

– *Prisoners’ Views in the Era of CSI*) pela editora Ashgate, explora as representações em torno das tecnologias forenses do ponto de vista de indivíduos condenados